

TERRA PARA PEQUENOS AGRICULTORES COMERCIAIS

## É preciso simplificar processos de obtenção de DUAT para facilitar o acesso à terra pelos pequenos produtores comerciais



A pluralidade de instituições envolvidas na tramitação de processos; as dificuldades dos requerentes em elaborar os planos de exploração da terra solicitada; a demora na submissão de documentos, e o facto de as consultas comunitárias estarem dependentes da agenda do Administrador do Distrito são alguns dos principais constrangimentos que os pequenos agricultores comerciais enfrentam para a obtenção de títulos do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT). A constatação é do docente universitário e especialista em legis-

lação sobre terras, Eduardo Chiziane, que falava na conferência nacional sobre os desafios enfrentados por pequenos agricultores comerciais na obtenção de títulos do DUAT, organizada pelo CDD em parceria com a NANA, com apoio da OXFAM Moçambique e da Embaixada dos Países Baixos.

Durante a sua apresentação, o académico Eduardo Chiziane falou de outros constrangimentos, como seja a fraca representatividade nas consultas comunitárias; a morosidade na apreciação e aprovação dos pedidos pelas entidades competentes;



atraso na tramitação dos processos provenientes da agência responsável pela promoção de investimentos e os que exigem estudos ambientais de grupo A; processos com falta de dados, como indicadores sociais, ambientais e económicos; pareceres das entidades envolvidas muito vagos e gerais; e a reduzida capacidade institucional (falta de recursos humanos, meios e equipamentos) – que resulta na baixa qualidade de informação fornecida.

Para simplificar o processo de obtenção de títulos de DUAT pelos pequenos produtores, Chiziane defende que a primeira consulta comunitária deve ter lugar na fase de reconhecimento da área e elaboração da memória descritiva, por forma a assegurar que quer o esboço de localização bem como a memória descritiva reflectam a potencialidade de disponibilidade da área requerida, a nível do terreno. Tendo em conta a indisponibilidade do Administrador e do Secretário Permanente do Distrito para participar e dirigir todas as consultas comunitárias, o académico sugere a delegação de poderes ao Chefe de localidade/Posto Administrativo para dirigirem a primeira consulta comunitária, para as áreas abaixo de 1000 hectares e acima respectivamente;

“Logo após a realização da primeira consulta comunitária deve ser afixado um edital na sede do Posto Administrativo e da localidade para permitir que, en-

quanto o processo corre a nível distrital e provincial, qualquer interessado possa pronunciar-se sobre a disponibilidade da área e assegurar que na segunda consulta seja tomada a decisão sobre o procedimento do pedido. De entre os requisitos de pedido a constar até esta fase, deve ser permitida a apresentação de plano de exploração simplificado quando se trate de actividades económicas”, explicou.

Os pareceres sectoriais devem ser emitidos dentro de prazo máximo de 15 dias contados a partir da data da confirmação da sua recepção; considerando que a emissão do parecer favorável ao exercício da actividade não dispensa os procedimentos necessários para a obtenção da licença de exercício de actividades ou estudos de impacto ambiental, a sua não emissão ou emissão fora do prazo previsto não deve prejudicar a tramitação do processo desde que o pedido tenha enquadramento nos instrumentos de ordenamento existentes.

Há ainda outros desafios apontados pelo académico e especialista em legislação de terras, como seja o desconhecimento de procedimentos para a aquisição de DUAT ao nível das instituições de base (Distrito, Posto Administrativo e localidade); deficiente colaboração interinstitucional entre os serviços de cadastro e as entidades que superintendem as actividades económicas, o que afecta ne-

gativamente o cumprimento dos prazos fixados para emissão de pareceres técnicos; desconhecimento pelos utentes do papel/função do agrimensor ajuramentado, aliado aos custos elevados por este aplicados; fraca divulgação da legislação e dos procedimentos para aquisição de terra e deficiente operacionalização do Cadastro Nacional de Terras.

Como propostas de soluções, Eduardo Chiziane defende a simplificação dos procedimentos de tramitação para tornar o processo cada vez mais célere; a redução das etapas da socialização dos pedidos de DUAT (Coletivo de Direcção, Conselho Técnico, Conselho Consultivo, Conselho Económico e Conselho de Ministros); a necessidade de tornar os Serviços de Cadastro cada vez mais eficientes através da capacitação contínua dos técnicos em matérias de legislação de terras. “Deve haver maior colaboração interinstitucional das entidades que intervêm na questão da terra por forma a garantir a emissão dos pareceres técnicos sobre os pedidos no prazo estipulado; é preciso expandir os Serviços de Cadastro a todos os Distritos ou afectar técnicos de cadastro nos Distritos; divulgar os procedimentos e requisitos para aquisição de DUAT; clarificar e massificar o papel e responsabilidade do agrimensor ajuramentado no processo de tramitação do DUAT, divulgando os custos padronizados por distrito/hectares.

A NANA, uma organização da sociedade civil que trabalha na província da Zambézia há 23 anos e parceira do CDD, aponta para os elevados custos na tramitação de pedido do DUAT como um dos maiores problemas para os pequenos produtores comerciais. “Como pequenos produtores, como é que podemos ter facilidades para a obtenção do DUAT? A obtenção do DUAT envolve custos muito elevados e nós não temos dinheiro. Temos conflitos de terra entre os produtores, mas se tivéssemos DUAT, esse problema estaria

ultrapassado”, disse Paulina, produtora de Alto Molócuè, Zambézia.

Falando em representação do Ministério da Terra e Ambiente, Olga Chicuamba admitiu que a celeridade na tramitação dos processos de pedido do DUAT e a segurança de posse de terra constituem grandes desafios. “O uso sustentável e seguro da terra exige planeamento e ordenamento cada vez mais eficiente. A terra constitui um factor importante para o desenvolvimento do nosso País e de geração de riqueza. O comprometimen-

to do Governo é criar condições para que as pessoas possam trabalhar a terra e melhorar as suas condições de vida. O programa Terra Segura visa atribuir gratuitamente o DUAT às populações que adquiriram a terra por ocupação de boa-fé. Reconhecendo o papel que a terra desempenha no desenvolvimento económico e social, o Governo desencadeou o processo de revisão da Política Nacional de Terras como forma melhorar o seu uso e a sua gestão”, disse Olga Chicuamba, do Ministério da Terra e Ambiente.

## “Plano de ordenamento do Vale do Zambeze deixa claro quais são as zonas para exploração do carvão e quais para a agricultura”, Roberto Albino, Director-geral da Agência do Zambeze

Se em todas as concessões mineiras de Tete os donos tivessem encontrado e explorado carvão, não sobrava terra suficiente para o reassentamento da população afectada na província. Algumas famílias teriam que ser reassentadas na província de Manica e outras no vizinho Malawi. As palavras são de Roberto Albino, Director-geral da Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, entidade estatal responsável pelo desenvolvimento agrário nas províncias do Vale do Zambeze, nomeadamente Tete, Manica, Sofala e Zambézia.

A constatação até pode parecer exagerada, mas mostra como a corrida ao carvão açambarcou quase todas as terras de Tete, incluindo aquelas que deveriam estar reservadas à prática de agricultura comercial e familiar. Quase toda a superfície terrestre de Tete era feita de concessões mineiras, até o local onde se localiza o aeroporto. “Fizemos o plano de ordenamento do Vale do Zambeze para deixar claro quais são as zonas para a exploração do carvão e quais para a agricultura. Foi um trabalho amplo e inclusivo, houve uma série de consultas comunitárias. A proposta já está na Assembleia da República”, explicou Roberto Albino.

A Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, também conhecida por Agência do Zambeze, apoia milhares de produtores de pequena escala não só no fomento à produção, mas também na obtenção do DUAT. Por isso, Roberto Albino conhece muito bem os constrangimentos que existem neste processo: “Muitas vezes as consultas comunitárias correm muito bem, mas quando chega a fase de implan-



tação de marcos, começam a surgir problemas. E esses problemas surgem quando a pessoa que solicitou a terra já tem o DUAT, mas as comunidades não aceitam ceder a totalidade da terra solicitada. Começam a impor limites aos titulares do DUAT para explorarem a terra.”

Para o Director-geral da Agência do Zambeze, a situação mostra que, além de problemas administrativos, há outros que

ocorrem no terreno. “É preciso sensibilizar as comunidades para perceberem que a exploração da terra pode trazer benefícios locais. Faz parte do nosso trabalho apoiar os produtores de pequena escala na obtenção de DUAT. Em Chemba temos mais de 500 agricultores que estão a produzir e a vender cana para a produção de açúcar orgânico. Todos têm DUAT e uma área de 100 hectares para a produção de comida”.

# “Nova política de terras e a subsequente legislação devem responder às expectativas de todos moçambicanos”, Adelson Rafael, OXFAM Moçambique


“Por ocasião do lançamento do processo de auscultação da revisão da Política Nacional de Terras, em seu discurso, o Presidente da República defendeu que ‘em termos legislativos, no fim deste exercício, o povo espera ver um quadro legal e institucional ajustado à nova dinâmica social e económica que promove o direito de uso e aproveitamento da terra que responda melhor às expectativas de todos’, demonstrando assim o seu compromisso para que a nova política de terras em elaboração e a subsequente legislação preencham as actuais lacunas e eliminem os desafios enfrentados por pequenos agricultores na obtenção do DUAT. Diante deste cenário, é preciso encontrar mecanismos alternativos e convergentes que contribuam para a prossecução desta intenção, gerando oportunidades para que a nova política de terras e a subsequente legislação responda às expectativas de todos. É aqui onde entra em acção a sociedade civil, e é neste contexto, ainda, que se enquadra a parceria entre a OXFAM e o CDD. É nosso entendimento que as organizações da sociedade civil têm um papel fundamental neste processo, complementando os esforços do Governo”.



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PROGRAMMATIC PARTNER



### FINANCING PARTNERS

